



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO BÁSICO Nº 5 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SINFRA**1. Objeto:**

1.1. Contratação de serviços técnicos profissionais para revisão e modificação parcial do projeto básico e executivo elaborado pela empresa WIND SERVICE LTDA para modernização do sistema de ar condicionado do edifício sede do TRE-ES, incluindo atualização das planilhas de custo e especificações, adequação do layout de pavimentos que sofreram modificação e relocação das máquinas condensadoras.

2. Local da Edificação:

2.1. Avenida João Baptista Parra, 575 - Praia do Suá - Vitória-ES - CEP: 29052-123.

3. Justificativa da contratação:

A empresa RWE PROJETOS LTDA foi contratada pelo TRE-ES no ano de 2017 (Processo físico nº 13.888/2017) para a elaboração de estudo para indicação de sistema de refrigeração para substituição do sistema atual instalado no edifício sede do TRE-ES (sistema de água gelada com chiller). O relatório final apresentado pela Contratada sugeriu em sua conclusão a troca do sistema atual por um sistema do tipo VRF.

Visando a troca do sistema de climatização atual pelo sistema VRF foi contratada a empresa WIND SERVICE LTDA para elaboração do projeto básico e executivo para embasar a contratação da obra. Esse projeto foi iniciado no ano de 2019 e concluído em 2020.

Tendo em vista a intenção de contratação da obra para a troca do sistema de climatização neste exercício, faz-se necessária a presente contratação, considerando que já se passaram 03 (três) anos da conclusão do projeto e que será necessário a revisão do projeto básico e executivo, incluindo atualização das planilhas de custo e especificações, adequação do layout de pavimentos que sofreram modificação depois da conclusão do projeto e relocação das máquinas condensadoras.

S.M.J., a Lei nº 5.194/1966 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, determina que as alterações de projeto de engenharia ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado, in verbis:

"[...]"

Art. 17 - Os direitos de autoria de um plano ou projeto de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.

Parágrafo único - Cabem ao profissional que o tenha elaborado os prêmios ou distinções honoríficas concedidas a projetos, planos, obras ou serviços técnicos.

Art. 18 - As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo único - Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

"[...]"

4. Especificações Técnicas:

4.1. Com base no projeto executivo elaborado pela empresa WIND SERVICE LTDA, deverão ser apresentados os seguintes documentos revisados e/ou modificados ou elaborados quando não constarem do projeto original:

1. Orçamento sintético;
2. Cronograma físico-financeiro;
3. Orçamento analítico (composições de custo unitário)
4. Composição do BDI;
5. Composição dos encargos sociais;
6. Memória de cálculo de quantitativos;
7. Cotações de mercado (orçamentos obtidos no mercado para insumos não encontrados nas bases oficiais de referência de preços);
8. Planilha das cotações de mercado com cálculos dos preços médios considerados no orçamento;
9. Desenhos de projeto;
10. Memorial descritivo;
11. Especificações dos materiais;
12. Caderno de encargos;
13. Laudo estrutural da região do prédio onde serão instaladas as máquinas condensadoras e projeto da estrutura de apoio;
14. ART ou RRT dos serviços.

4.2. Diretrizes gerais para elaboração do projeto

4.2.1. Economicidade por meio de soluções racionais;

4.2.2. Flexibilidade e funcionalidade das instalações, bem como utilização de soluções que visem à segurança contra incêndio e proteção das pessoas e das instalações;

4.2.3. Simplicidade de soluções, reduzindo os custos de manutenção e operação;

4.2.4. Automação total do sistema;

4.2.5. Padronização das instalações, materiais e equipamentos visando facilidades na montagem, manutenção e estoque de peças de reposição;

4.2.6. Utilização de gás ecológico;

4.2.7. Especificação de materiais de boa qualidade, de forma a garantir durabilidade, manutenibilidade e que possibilitem a competição no mercado;

4.2.8. Utilização de equipamentos e técnicas que obedeçam às normas ambientais aplicáveis;

4.2.9. Climatização dos pavimentos de modo setorizado, de acordo com as respectivas características térmicas e/ou de utilização;

4.2.10 Climatização específica e redundante para as salas dos equipamentos servidores de rede e demais ambientes que necessitem de climatização constante e controlada. A climatização redundante irá operar quando da ausência ou falha do sistema central, devendo esta condição ser totalmente gerenciada pelo sistema de automação;

4.2.11 Climatização com controle de temperatura individualizado de setores, de forma a permitir economia de energia;

4.2.12 Ventilação e/ou exaustão forçada em ambientes, sem aberturas para a atmosfera, onde haja necessidade de renovação do ar, tais como: sanitários, cozinhas, refeitórios, despensas, subsolos, garagens e outros;

4.2.13 Conforto dos ambientes de trabalho (temperatura, umidade, taxa de renovação do ar, nível de ruído, etc.) de acordo com orientações da O.M.S. (Organização Mundial de Saúde), bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

4.2.14 Isolamento acústico dos sistemas de climatização, de acordo ainda com as normas correspondentes, para assegurar o conforto acústico necessário às atividades desenvolvidas e a preservação do sigilo acústico interior dos ambientes;

4.2.15 Não será admitida a instalação de retorno de ar por meio de grelhas em portas. O retorno de ar deve ser encaminhado às casas de máquinas por meio de pleno, septo ou dutos;

4.2.16 Os isolamentos térmicos dos dutos e da rede frigorígena não devem ser de materiais contaminantes do ar;

4.2.17 O projeto de climatização deverá obedecer às normas técnicas e documentos legais vigentes, em especial:

1. NBR 16401-1:2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 1: Projetos das instalações;
2. NBR 16401-2:2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 2: Parâmetros de conforto térmico;
3. NBR 16401-3:2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior;
4. NBR 7541:2004 - Tubo de cobre sem costura para refrigeração e ar-condicionado – Requisitos;
5. NBR 10080:1987 - Instalações de ar-condicionado para salas de computadores – Procedimento;
6. NBR 14679:2012 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação — Execução de serviços de higienização;
7. NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
8. NBR 10067:1995 - Princípios gerais de representação em desenho técnico – Procedimento;
9. Outras disposições e normas técnicas da ABNT pertinentes;
10. Normas e publicações da “ASHRAE” (“American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers”);
11. Norma: “HVAC Systems Duct Design” da SMACNA (“Sheet Metal and Air Conditioning Contractor’s National Association”);
12. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de Concessionárias de Serviços Públicos;
13. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CONFEA;
14. Dispositivos regulamentadores do Ministério da Saúde;
15. Portaria nº 417 do Ministério da Saúde, no que diz respeito à qualidade do ar no interior dos edifícios;
16. Portaria nº 3.523 do Ministério da Saúde, no que diz respeito ao Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC;
17. Resolução - RE/ANVISA nº 9, de 16 de janeiro de 2003;
18. Práticas de Projeto e de Construção de Edifícios Públicos Federais (também conhecida como “Práticas da SEAP”).

4.2.18. O projeto de climatização deverá garantir a perfeita compatibilidade com os projetos de arquitetura, de estrutura e de instalações no que envolver aspectos estéticos e funcionais, facilidade de manutenção e controle de todo o sistema;

4.2.19. O projeto deverá detalhar em nível executivo todas as descrições e informações indispensáveis à correta e completa execução da obra;

4.2.20. Utilização de soluções que tenham custos de manutenção e operação compatíveis com o custo de instalação;

4.2.21. No projeto deverão ser especificados materiais e equipamentos que estejam disponíveis no mercado nacional, não sendo permitida a utilização de protótipos, de produtos improvisados ou não

testados suficientemente;

4.2.22. O edifício sede do TRE-ES possui 9 (nove) pavimentos e área total construída de aproximadamente 6.631,62 m².

4.2.23. Deverão ser adequados no projeto de ar condicionado os seguintes pavimentos, os quais sofreram modificação após a conclusão do projeto original:

1. O segundo pavimento do edifício sede, conforme desenho arquitetônico anexo (id. 0959607), que teve mudança de uso em alguns setores, com uma pequena mudança de layout na sala que abrigava a antiga Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária (SIMI) que passou a abrigar o Centro da Memória da Justiça Eleitoral, onde foi localizado no projeto original o controle central de ar condicionado que deverá ser transferido para a sala onde está a Seção de Administração Predial (SAP);
2. O quinto pavimento do edifício sede, conforme desenho arquitetônico anexo (id. 0959609), que teve seu layout modificado com a saída da Secretaria de Recursos Humanos deste pavimento para instalação dos gabinetes dos Membros do TRE-ES;

4.2.24. Apesar do projeto básico e executivo original que segue anexo englobar os edifícios sede e anexo do TRE-ES, este projeto básico se refere somente a revisão e modificação do projeto de ar condicionado do edifício sede;

4.2.25. As diretrizes e descrições relativas ao desenvolvimento do projeto não são exaustivas, portanto, a CONTRATADA deverá projetar e detalhar em nível executivo todas as descrições e informações indispensáveis à correta e completa execução de todo o projeto.

4.3. Diretrizes para elaboração do orçamento

4.3.1. Os preços dos insumos e serviços que compõe a planilha orçamentária deverão estar na data base mais recente possível utilizando-se à mediana de preços do SINAPI para o Estado do Espírito Santo;

4.3.2. Caso existam serviços a serem orçados que não estejam contemplados nas planilhas de custos do SINAPI, poderão ser utilizados dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado;

4.3.3. As diversas tabelas de custos mantidas por órgãos e entidades da esfera estadual podem ser consideradas “sistemas específicos instituídos para o setor”, sendo permitida sua utilização como fonte referencial de preços;

4.3.4. A pesquisa de mercado, quando necessária, deverá conter, no mínimo, três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar a documentação comprobatória (cotações de mercado) pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço;

4.3.5. Na planilha orçamentária deverão constar os serviços referentes a administração da obra e as taxas de ART ou RRT do(s) responsável(is) pela execução obra;

4.3.6. A planilha orçamentária deverá agrupar os serviços por pavimento;

5. Encargos da Contratada:

5.1. Encargos Gerais

5.1.1. Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;

5.1.2. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

5.1.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

5.1.4. Planejar, desenvolver, implantar e executar o objeto do contrato, de acordo com os requisitos estabelecidos nas especificações técnicas constantes deste Projeto Básico;

5.1.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

5.1.6. Responder, por escrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo TRE-ES;

5.1.7. O CONTRATADO não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos;

5.1.8. Corrigir, alterar e/ou refazer as atualizações dos preços não aprovados pela fiscalização do contrato, no prazo de até 10 dias da notificação;

5.1.9. Proceder a um minucioso exame de todos elementos técnicos fornecidos pelo contratante, para execução dos serviços, de modo a apontar eventuais omissões ou falhas que tenha observado, para que sejam sanadas em tempo hábil;

5.1.10. Observar leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;

5.1.11. Cumprir as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem da fiscalização do Contratante, que serão encaminhadas por mensagem eletrônica;

5.1.12. A contratada deverá cumprir, rigorosamente, as normas técnicas da ABNT aplicáveis à execução dos serviços contratados;

5.1.13. Participar de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com o fiscal do CONTRATANTE e realizar visita ao edifício sede do TRE-ES para inteirar-se das modificações necessárias a serem feitas no projeto, em até 10 (dez) dias a contar da assinatura do instrumento contratual.

5.2. Encargos inerentes à mão de obra

5.2.1. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

5.2.2. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

5.2.3. Providenciar e manter qualificação técnica adequada dos profissionais envolvidos nos serviços que compõem o objeto contratado;

5.2.4. Manter o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução, indicado(s) por ocasião da licitação, participando efetivamente do acompanhamento dos serviços;

5.2.4.1. Nos termos do art. 30, parágrafo 10, da Lei 8.666/93, admitir-se-á a substituição do responsável técnico, indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, por ocasião da licitação, por profissional de experiência equivalente ou superior, somente se aprovada pela Administração;

5.2.5. Cumprir fielmente todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor;

5.2.6. A empresa contratada deverá arcar com todos os ônus dos deslocamentos dos seus técnicos para a execução dos serviços.

5.3. Obrigações referentes à proteção de dados pessoais - Da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)

5.3.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

5.3.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

6. Dos Pagamentos :

O Contratante pagará à Contratada pela execução total dos serviços o valor global do contrato, em conformidade com o preço estabelecido na proposta comercial, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 6.1. O recebimento do projeto conforme estabelecido no item “13” deste Projeto Básico;
- 6.2. O aceite por parte do fiscal contratual do projeto básico e executivo apresentado pela contratada;
- 6.3. A apresentação da Nota Fiscal e da ART ou RRT referente ao projeto contratado.

7. Dos Prazos:

7.1. O prazo de entrega do objeto será de até **60 (sessenta) dias**, contados a partir do 5º (quinto) dia útil seguinte à data de assinatura do instrumento contratual.

8. Da Vigência:

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

9. Da Qualificação Econômico-Financeira:

9.1. O Licitante deverá apresentar Certidão Negativa de Feitos de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial.

10. Capacidade técnico-operacional e técnico-profissional:

10.1. Prova do registro ou inscrição do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculado, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta contratação;

10.2. Da capacidade técnico-operacional

10.2.1. Um ou mais atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;

10.2.1.1. O atestado ou declaração apresentado deverá comprovar a elaboração de projeto de sistema central de climatização com tecnologia VRV (volume de refrigerante variável) ou VRF (variable refrigerant flow), de capacidade igual ou superior a 80 TR, ou o equivalente a 960.000 BTU/h, ou 377,29 hp.

10.3. Da capacidade técnico-profissional

10.3.1. Comprovação de o licitante possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto da contratação, qual seja: elaboração de projeto de sistema central de climatização com tecnologia VRV (volume de refrigerante variável) ou VRF (variable refrigerant flow);

10.3.1.1. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica do(s) profissional(is) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região onde os serviços foram executados;

10.3.1.2. A comprovação de vínculo do profissional com o participante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;
3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;
4. Declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência deste.

10.3.1.3. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, ambos serão inabilitados.

11. Da Visita Técnica:

11.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para certificar-se do serviço para auxiliar na elaboração das propostas mediante prévio agendamento com a Seção de Infraestrutura Imobiliária, pelos telefones (27) 2121-8500 e (27) 9 9945-9888, no horário das 12 às 18 horas;

11.2. A não realização da visita técnica será considerada como declaração de que a licitante conhece as condições locais para a execução do objeto, não cabendo qualquer questionamento posterior sobre condições desconhecidas das instalações e seus impactos na apresentação da proposta.

12. Da Proposta:

12.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Projeto Básico, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos;

12.2. No valor global da proposta deverão estar considerados e inclusos todos os tributos, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação;

12.3. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de seu recebimento, e decorrido o prazo de validade, sem convocação para contratação, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.

13. Do Recebimento:

13.1. O recebimento do projeto se dará com a entrega do Projeto Básico e Executivo, contemplando todos os itens especificados em “4.1”;

13.2. O projeto deverá ser entregue em arquivos digitais com as extensões próprias do softwares geradores dos documentos (docx, xlsx e dwg) e em pdf com assinatura digital do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s);

13.3. Os arquivos em meio digital deverão ser entregues ao fiscal do contrato através de aplicativo próprio para transferência de arquivos digitais e obedecer aos requisitos apresentados na tabela abaixo:

Tipo de Documento	Extensão do arquivo
Textos	docx e pdf
Planilhas	xlsx e pdf
Desenhos	dwg e pdf
ART	pdf

15. Da lei nº 13.709/2018 (lei geral de proteção de dados pessoais):

15.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de

responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

16. Das Penalidades:

16.1. Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

Descumprimento	Percentual diário	Limite de dias	Percentual total	Valor de incidência da multa
Atraso na entrega	0,5%	20	10%	Total do contrato
Prazo excepcional de entrega	0,5%	20	10%	Total do contrato
Inexecução total	-----	----	30%	Total do contrato
Atraso na conclusão dos serviços	1%	30	30%	Total do contrato

Anexos:

1. Projeto básico e executivo original elaborado pela empresa WIND SERVICE LTDA (id. 0959603);
2. Desenho arquitetônico do 2º pavimento (0959607);
3. Desenho arquitetônico do 5º pavimento (0959609).

Em 03 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MONTEIRO, Chefe de Seção**, em 19/05/2023, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0949786** e o código CRC **B91A6945**.